

UNIVERSIDADE E PERTENCIMENTO: UMA REFLEXÃO SOBRE MEMÓRIA INSTITUCIONAL*

UNIVERSITY AND BELONGINGNESS: A REFLECTION ON INSTITUTIONAL MEMORY

Rafaela Costa Vida¹

Maria Tereza Ribas Sabará²

Livian Fernanda Batista Castanho³

Gabriela Pessoa Sousa⁴

Resumo: O compromisso social das universidades com a educação, enquanto bem público, é o de garantir a formação e a atuação cidadã dos indivíduos na sociedade. Esta pesquisa preocupa-se com a relação de pertencimento dos agentes que compõem uma universidade, trabalhadores, estudantes, egressos e sociedade, com sua história. Este relacionamento pode ser compreendido pelo conceito de “memória institucional”, associado à preservação da memória, do patrimônio, da informação e da história da instituição. O levantamento documental foi realizado para identificar importantes marcos históricos e institucionais da universidade, subsidiado por uma pesquisa bibliográfica que deu suporte à sua análise e sistematização. Por fim, apresentam-se os principais marcos da trajetória da Unitins para então delinear uma abordagem de memória institucional alinhada ao contexto da instituição.

Palavras-chave: Memória. História. Preservação. Pertencimento. Universidade.

Abstract: The social commitment of universities with education, as a public good, is to guarantee the training and citizenship of individuals in society. This research is concerned with the relationship of belonging of the agents that make up a university, workers, students, graduates and society, with its history. This relationship can be understood by the concept of “institutional memory”, associated with the preservation of memory, heritage, information and the history of the institution. The documentary survey was carried out to identify important historical and institutional landmarks of the university, subsidized by a bibliographical research that supported its analysis and systematization. Finally, the main milestones of Unitins’ trajectory are presented to then outline an institutional memory approach aligned with the context of the State University of Tocantins.

1 Historiadora e Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e coordenadora do Grupo Temático Educação Crítica e o Saber Histórico, vinculado ao Núcleo de Estudos em Direitos Humanos (Nedih) e coordenadora do Nedih. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6077234339732972>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7969-971X>. E-mail: r.costavidal@gmail.com

2 Cientista Social pela Universidade Federal de Viçosa. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins. Professora da Universidade Estadual do Tocantins. Líder do Grupo de Pesquisa em Democracia, Instituições e Participação (GPDIP/Unitins) e coordenadora do Grupo Temático Participação, Democracia e Políticas Públicas, no Núcleo de Estudos em Direitos Humanos (Nedih/Unitins). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6476730331859206>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8151-9335>. Email: maria.ts@unitins.br.

3 Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Bolsista do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Tocantins (PIBIC/Unitins). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3285028207172399>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5532-2766> Email: livianbatista@unitins.br

4 Graduanda em Psicologia pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Bolsista do Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Tocantins (PIBIC/Unitins). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8198018321074587>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8557-3995> Email: sousapessoagabriela@gmail.com

Keywords: Memory. History. Preservation. Belongingness. University.

*Este artigo é fruto de pesquisa realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Tocantins (PIBIC/Unitins).

Introdução

A memória é o fio condutor da história e do movimento humano. A forma como lidamos com o nosso passado e a forma como esse passado nos é apresentado com o decorrer do tempo é a percepção mais clara sobre a realidade e nossa existência. Por vez, a nossa realidade, passível de interpretações, nos é evidenciada por Lacan e Freud (AZZI, 2007) como uma relação de sujeitos que se constituem a partir de um referencial vazio, a partir da entrada dos sujeitos no desenvolvimento da linguagem e da fundação do inconsciente, de acordo com o espaço-tempo em que estão inseridos. Assim, como a memória constitui o tempo, o esquecimento também condiciona uma dimensão histórica nos seres humanos (RICOEUR, 2003). É um trabalho essencialmente humano a manutenção e a preservação das memórias para que os sujeitos se entendam individualmente como agentes coletivos e também perpetuadores de memórias.

A responsabilidade de uma universidade perante a sociedade advém primariamente de seu impacto social. Uma universidade que faz parte do desenvolvimento da sua região é uma universidade de relevância social. No caso da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), sua relevância é evidenciada não apenas pela sua atuação, mas pelo seu reconhecimento pela comunidade. Uma universidade deve, sobretudo, atuar como uma guardiã de memórias - suas e da comunidade - pois só assim se é assegurada a sua legitimidade no imaginário social, comprovando suas ações e fortalecendo um reconhecimento identitário.

Considerando, assim, que o estudo da memória institucional é a instância que permite a relação de pertencimento da universidade com a sociedade, esta pesquisa teve como objeto a Universidade Estadual do Tocantins. Preocupamo-nos com esse estudo em contribuir e aumentar a produtividade nos setores voltados à gestão da informação, setor organizacional e setor patrimonial da Unitins, oferecendo um suporte teórico-metodológico à trabalhos subsequentes sobre o tema, como expressão política da memória, evidenciado pelo emergente Projeto de Extensão Memória Institucional da Unitins, vinculado ao Programa Cultura e Memória da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários onde já ocorrem discussões sobre a trajetória histórica da Unitins e a necessidade em se institucionalizar trabalhos sobre o tema e reunir estudos.

Metodologia

Para a realização do estudo partimos de um aprofundamento no conceito de memória institucional e preservação da informação. A tipologia das fontes foi digital e encontra-se acessível virtualmente na *Scientific Electronic Library Online*, na Biblioteca Virtual, Scielo, entre outros. A revisão de literatura baseada nesta investigação foi realizada de modo que auxiliasse na identificação das possibilidades epistemológicas. A identificação de diferentes usos dos conceitos de memória institucional e patrimônio abre espaço para o desenvolvimento de um conceito próprio para a Unitins.

Analizamos documentos e conceitos que visavam o desenvolvimento de técnicas de pesquisa e que garantiam a perpetuação e manutenção da informação no âmbito da gestão realizadas e registradas pela Unitins.

Quando falamos em memória institucional, nos referimos à recuperação, catalogação e perpetuação da memória da instituição. Para tanto, foi adotado tanto a revisão bibliográfica quanto a revisão documental para a coleta de dados dessa pesquisa. Consideramos que “informação é um recurso para a ação política do sujeito social que transforma estruturas mentais e sociais, pois possibilita aos sujeitos sociais a criação de novos estados de conhecimento” (LIMA; CUNHA, 2007, p. 2), essas duas técnicas, quando articuladas, possibilitam uma compreensão abrangente e aprofundada das bases teóricas relativas aos conceitos de interesse da pesquisa, bem como as nuances relativas à trajetória institucional da Unitins.

Acreditamos que as pesquisas e ações de gestão sobre memória institucional na Unitins devem seguir uma mesma linha metodológica em conformidade com os objetivos patrimoniais da instituição e, conseqüentemente, do estado, pois quando falamos de criação de um método para embasar estudos acerca da memória institucional da Unitins, estamos também falando de um método para se pesquisar e preservar a memória do estado do Tocantins. Não obstante, ela também deve estar ancorada em pressupostos científicos atuais e válidos, em um diálogo com a complexidade social local.

A trajetória da Universidade Estadual do Tocantins e um olhar sob a memória

Delinear um conceito teórico-metodológico de memória institucional, ancorado na realidade social local e institucional da Unitins, pode ser um norte para as ações de preservação e resgate de memória e patrimônio. Para começarmos a identificar os registros históricos da trajetória de consolidação institucional da Unitins, começamos com a valorização da memória institucional da universidade por meio da criação de seus campi ao longo de 30 anos (de 1900 à 2020). Tendo em vista que a memória é “um guia para o passado, transmissor de experiência” (CARPES; FLORES, 2013, p. 16), o melhor ponto de partida para sintetizar parte da história da Unitins é a partir da criação dos seus campi, uma vez que a “a memória institucional guarda profunda relação com a identidade e a cultura organizacional” (BARBOSA, 2013, p. 2).

A Universidade Estadual do Tocantins tem sua origem vinculada com a da criação do estado. Foi a primeira universidade pública, ofereceu formação operacional, gestacional e desenvolveu políticas públicas, foi a agente que proporcionou a capacitação de profissionais para o quadro do estado, a produzir conhecimentos e tecnologias que ativamente atuaram no desenvolvimento social, mas é uma história pouco contada, seus resultados não são amplamente publicizados ou popularmente conhecido a ponto de gerar pertencimento à primeira instituição pública de ensino superior do estado.

Na época da sua constituição como estado independente do Goiás, o Tocantins tinha 123 municípios tocaninenses (SECTUR, s.d.), representando um desafio de gestão para um estado recentemente instituído. Sobretudo, para promover acesso à educação de qualidade em diferentes níveis. Neste cenário, a Unitins foi criada para suprir esta demanda de formação superior em vários municípios. No ano de 1991, ano este da Lei Estadual nº 326/1991, que transforma a Unitins em autarquia, a universidade passou a ofertar cursos em várias regiões, abrangendo as várias áreas do conhecimento.

A Figura 1 demonstra, a partir do levantamento documental, a presença da Unitins em um contexto multi regional no estado, de norte a sul.

Figura 1. Histórico dos câmpus da Universidade Estadual do Tocantins (1990-2020)

Infográfico

Universidade Estadual do Tocantins
(1990-2020)

Autoria:
Livian Fernanda Batista Castanho
Rafaela Costa Vidal

Legenda do Mapa

- Região do Bico do Papagaio
- Região Norte/Nordeste
- Região Noroeste/Nordeste
- Região Central
- Região Centro-Oeste
- Região Centro-Leste
- Região Sul/Sudoeste
- Região Sul/Sudeste

Linha vermelha: cidades onde deixaram de existir campus/polos da Unitins.

Linha verde: cidades onde existem campus/polos da Unitins.

Araguatins: o campus foi fundado em 15 de agosto de 2014 e sedia os cursos de licenciatura em Letras e Pedagogia. Os cursos localizam-se na região do Bico do Papagaio e são essenciais na qualificação de pessoas para atuarem no quadro da educação da região. (Fonte: Portal da Unitins)

Araguaína: a faculdade de Araguaína passou a ser parte da Unitins em 1990. Nesse campus eram ofertados os cursos de Geografia, História, Letras, Matemática e Veterinária. Após a federalização, o campus passou a ser e é parte da Universidade Federal do Tocantins. (Fonte: Arquivo do Programa Memória Institucional; Portal da UFT)

Guaraí: o campus de Guaraí ofertava o curso de Pedagogia nos anos 90. Na época da federalização, não foi transferida para a UFT e, em 1998, tornou-se Fundação de Desenvolvimento Educacional de Guaraí - FUNDEG, mantenedora do Instituto de Ensino Superior de Guaraí - IESG. (Fonte: IESCFAG; Arquivo do Programa Memória Institucional)

Palmas: criada em novembro de 1990 através do decreto 252/1990, a Unitins foi fundada com apoio do governo do estado e sua sede localiza-se em Palmas, bem como o campus Graciosa, que atualmente oferta cinco cursos: Serviço Social, Pedagogia, Direito, Engenharia Agrônoma e Direito. Em 2002, a Unitins cedeu parte de seu patrimônio para a criação da Universidade Federal do Tocantins. (Fonte: Arquivo do Programa Memória Institucional)

Arraias: no final dos anos 90, foi criado um centro de extensão universitária na cidade de Arraias. Com a criação da primeira universidade federal no Tocantins, o patrimônio universitário da Unitins em Arraias foi transferido para a nova universidade, a UFT. (Fonte: Arquivo do Programa Memória Institucional)

Augustinópolis: o campus foi criado em 18 de agosto de 2014 e sedia os cursos de Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem e Medicina. A premissa de fundar cursos que abrangem a saúde e outras ciências foi e é fundamental para desenvolver a região do Bico do Papagaio. (Fonte: Portal da Unitins)

Tocantinópolis: antes de ser um patrimônio transferido para a UFT, a Unitins de Tocantinópolis ofertava os cursos de Pedagogia e Matemática. O curso de Pedagogia ainda é mantido pela UFT. (Fonte: Arquivo do Programa Memória Institucional; Portal da UFT)

Colinas: foi criado o campus da Unitins na cidade no ano da criação da universidade. Nas movimentações em torno da transferência de patrimônio para a criação da UFT, o campus não permaneceu UFT e nem Unitins, mas sim municipalizou e privatizou. Atualmente, a população colinsense reivindica a volta da Unitins para o município (Fonte: Gazeta do Cerrado).

Miracema do Tocantins: era ofertados os cursos de Matemática e Administração. Atualmente é parte da UFT. (Fonte: Arquivo do Programa Memória Institucional; Portal da UFT)

Paraíso do Tocantins: a criação do campus ocorreu em 2019, por meio da autorização do Conselho Universitário (Consuni) e pelo Governo do Estado. O campus oferta os cursos de Ciências Contábeis, Direito e Tecnólogo em Agonegócio. (Fonte: Portal da Unitins)

Porto Nacional: antes de ser federalizado, a Unitins ofertava na cidade os cursos de História, Geografia, Letras e Ciências Biológicas, mantidos atualmente pela UFT. (Fonte: Arquivo do Programa Memória Institucional; Portal da UFT)

Dianópolis: o início deste campus data de agosto de 2014. Ele surge através de uma transferência voluntária dos acadêmicos da Faculdade para o Desenvolvimento do Sudeste Tocantinense (FADES), atualmente extinta. Esse campus oferta os cursos de Ciências Contábeis, Direito e Administração. (Fonte: Portal da Unitins)

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que a Unitins já esteve presente, durante o período de 1990 a 2022, em 12 (doze) municípios, com câmpus em diferentes regiões do estado. Destes, permanecem até 2022, apenas 5 (cinco): Araguaatins, Augustinópolis, Dianópolis, Palmas e Paraíso. A instituição passou por diversas transformações em suas estruturas físicas, administrativas e políticas. A sua memória, assim, relaciona-se diretamente com todos os espaços em que ela atuou com seus câmpus ou projetos de ensino, pesquisa e extensão. Também, se relaciona indiretamente com o seu entorno, afetando não apenas a vida acadêmica, mas também a economia local e a comunidade em geral. Seja pela atração de estudantes e professores de outras cidades e estados, o que pode estimular o desenvolvimento de negócios locais, mas também por oferecer oportunidades de emprego para a população local e fomentar a inovação e o empreendedorismo por meio de parcerias com empresas da região. Os seus impactos no desenvolvimento regional, ainda, se relacionam diretamente a produção de novas tecnologias e soluções para problemas locais e globais (MACEDO; MONTEIRO NETO; VIEIRA, 2022).

Partindo desta noção, é importante considerar que uma abordagem de memória institucional para a universidade do Tocantins deve considerar a sua construção a partir da sua interação com o tempo e espaço. A sua presença deixa marcas e memórias significativas na comunidade local, que se relacionam diretamente com a memória institucional da universidade. Segundo Rolnik (1997), não apenas edifícios e instalações podem se tornar marcos arquitetônicos importantes na cidade, mas eventos culturais e acadêmicos podem se tornar parte da vida social e cultural da comunidade local, impactando sobremaneira na sua dinâmica.

Considerando essa dinâmica entre memória, tempo e espaço, é importante considerar que a universidade pode influenciar a maneira como a própria instituição é percebida pelas comunidades onde atuou no passado. Ou seja, a relação entre a memória institucional da universidade e os lugares onde a Unitins já atuou é uma via de mão dupla: por um lado, a memória da universidade pode influenciar a percepção dos espaços em que atuou; por outro, as memórias locais podem afetar a memória institucional da universidade.

Outro aspecto da trajetória da Unitins que instiga elementos interpretativo para a discussão da sua

memória institucional diz respeito ao seu arcabouço normativo, o qual é influenciado diretamente nesta dinâmica. Isso porque as instituições podem ser vistas essencialmente como a personificação de ideias codificadas, de normas formais e informais que são construídas e estão engendradas em quaisquer elementos que moldam a interação humana (NEE, 2005). Ou seja, estas normas podem ter impactos significativos na maneira como a universidade opera, tanto internamente quanto em sua relação com a comunidade acadêmica e externa. Por exemplo, a publicação de novas leis ou regulamentos podem levar a mudanças na estrutura administrativa da universidade, em seus processos de tomada de decisão ou na forma como são gerenciados os recursos financeiros. Essas mudanças, por sua vez, podem afetar a dinâmica da universidade como um todo e no seu entorno, na imagem perante a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, na gestão das políticas de memória e em demais processos.

Nesse sentido, o Quadro 1 apresenta uma síntese das principais normativas da Unitins durante os anos de 1990 a 2020:

Quadro 1. Principais marcos institucionais da Unitins (1990-2020)

ANO	EVENTO	AMPARO
1990	Ocorre a criação da Unitins	Decreto n.º 252/90
1991	Há a estruturação da Universidade do Tocantins em forma de autarquia	Lei n.º 326/91
1996	Extinta a autarquia	Lei n.º 872/96
1996	Há a criação da Fundação Universidade do Tocantins (Unitins), como uma Fundação Pública de Direito Privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado, tendo sede e foro em Palmas, capital do Estado	Lei n.º 874/96
2000	Início de um novo processo de adequação, a partir da criação da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT). Sendo necessário alterar, novamente, a estrutura da Unitins - Fundação. Assim, sofreu uma transferência de parte de seu patrimônio à UFT, além de seus alunos e cursos regulares, a Unitins assumiu uma nova realidade acadêmica e física.	Lei n.º 1.160/2000
2002	Reestruturação (criação de mais cursos, realização de concursos e oferta de cursos presenciais, dentre outros)	Decreto n.º 1.672/2002
2004	Assume a função de Organização Estadual de Pesquisa Agropecuária (OEPA), com o objetivo de desenvolver pesquisa agropecuária, gerar tecnologias e inovações que propiciam soluções competitivas para o desenvolvimento rural e territorial sustentável do Tocantins, em benefício da sociedade.	Lei n.º 1.478/2004
2004	Unitins amplia sua oferta na modalidade de Ensino a Distância (EaD)	Credenciada e autorizada pela Portaria MEC 2.145/2004

2010	Descredenciamento da Unitins junto ao MEC para oferta de cursos na modalidade EaD em 2010	Informação verbal institucional
2010	Autorização do funcionamento dos cursos presenciais de Engenharia Agrônômica, Direito, Serviço Social e Sistemas para Internet, sendo o primeiro vestibular ofertado em julho de 2010	Resolução nº 003/2010/Conselho Curador
2014	Volta do modelo multicampi	Lei Estadual n.º 2.829/2014
2016	Transformou a Universidade do Tocantins de fundação para autarquia estadual de regime especial, passando a adotar como nome oficial “Universidade Estadual do Tocantins”. Os colaboradores da Unitins passaram a integrar um quadro próprio de servidores sendo regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Tocantins (Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007)	Lei 3.124/2016

Fonte: Acervo do Programa Memória Institucional: Contextualização Institucional e Regional e Memória Institucional Unitins, ambos parte do acervo do Programa Memória Institucional da Unitins.

Os marcos institucionais apresentados no Quadro 1 são essenciais para entender como tem sido a dinâmica entre a universidade, seu arcabouço normativo e o impacto destas transformações não apenas para os processos internos, mas para toda a comunidade. Para uma análise adequada da memória institucional, assim, também é preciso considerar tanto a influência da legislação na universidade quanto a capacidade da universidade de influenciar a produção de novas leis e regulamentos. De fato, essa abordagem permitirá uma compreensão mais completa do papel da universidade na sociedade e de sua evolução ao longo do tempo.

Por outro lado, é de suma importância considerar também as políticas internas da universidade. De acordo com Padilha (2014), o documento - que aqui podemos ressaltar a importância das políticas institucionais - é a materialização de uma evidência que referir-se a uma variedade de assuntos, incluindo pessoas, fatos, culturas e contextos, e é caracterizado como um elemento de prova, legitimação, testemunho e informação. A autora considera como documento, assim, qualquer objeto que contenha registro de informação, produzido por seres humanos ou pela natureza, independentemente do formato ou suporte.

Dentre os documentos institucionais, então, dois são considerados essenciais para o conhecimento da universidade por meio do público: o seu estatuto e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Apesar de o perfil institucional (missão, visão, valores, objetivos e metas) ser alterado com uma maior constância, se alinhando aos objetivos de cada gestão, há alguns pressupostos que estão consolidados no seu Estatuto Constitutivo, nos art. 3º, no Capítulo I. Na Unitins, são esses:

- I. A promoção do desenvolvimento harmônico e integrado da comunidade do estado do Tocantins;
- II. A geração, a promoção, a preservação e a difusão da cultura, estimulando o acesso do povo aos bens e aos valores culturais;
- III. O avanço da tecnologia para o desenvolvimento das potencialidades do Estado e de seu povo;
- IV. O apoio técnico à implantação de empreendimentos lastreados no aproveitamento de recursos naturais;
- V. A capacitação e o aperfeiçoamento de professores e pesquisadores universitários;
- VI. O fomento e a prestação de serviços de ensino, pesquisa e extensão voltados para o desenvolvimento de métodos e processos de educação e capacitação;
- VII. A formulação e a execução de programas de desenvolvimento especial de ensino nos seus diversos níveis, abrangendo cursos regulares, de pós-graduação, supletivos, telepre-

senciais, modulares a distância ou em regime especial, decorrentes de exigências ou demandas do planejamento estadual ou regional.

Também, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2018-2022), a universidade se compromete a promoção do ensino, da pesquisa e da extensão no estado do Tocantins com efeito de produzir conhecimento e tecnologias integradas às demandas da sociedade. Sobre seus valores, fundamenta-se na ética, na transparência, na democracia participativa, no comprometimento e envolvimento, na integração social, na inovação, no respeito à dignidade humana e à sustentabilidade ambiental. Reconhecemos que a instituição, guiada por estes conceitos, é capaz de proporcionar, por meio de diretrizes efetivas a manutenção da memória institucional através de toda a sua área de atuação e sua responsabilidade social.

Cabe destacar que estes dois documentos não contemplam ações voltadas à preservação patrimonial e memória organizacional. Nesse sentido, além de uma atualização destes documentos, reconhecendo a importância de salvaguardar a memória e o patrimônio da Unitins, é salutar a elaboração de uma política ou de processos de gestão focados na gestão da memória institucional, definindo atribuições de organização, catalogação, conservação e difusão dos documentos produzidos pela instituição ao longo de sua história.

Efetivamente, uma política de memória deve estar alinhada com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade, uma vez que nele se encontram a missão, a visão e os valores da instituição, bem como as diretrizes para a sua atuação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, uma política de memória deveria contemplar a coleta, preservação e divulgação de informações e documentos que estejam relacionados aos próprios objetivos e atividades previstas no PDI. Não apenas os documentos de gestão, mas todos aqueles produzidos no âmbito da pesquisa, ensino, eventos, extensão poderiam ser incorporados a um acervo de memória institucional.

Universidade, memória e pertencimento: traçando uma perspectiva para a Unitins

Halbwachs (1990) afirma que a memória é moldada pelos contextos sociais em que as pessoas estão inseridas e que a memória coletiva é importante para a preservação da identidade e da coesão de um grupo social ao passo em que ela é compartilhada entre os membros de uma determinada comunidade ou grupo social. Assim, a memória não é só algo individual, mas construída socialmente a partir do contexto social. Ou seja, as memórias individuais são moldadas pelos grupos sociais aos quais as pessoas pertencem, e que as memórias coletivas são influenciadas pelas normas e valores compartilhados pelos membros de uma comunidade.

Considerando essa dinâmica, a memória passa a ser encarada como mantenedora de uma importante função social: a de manter a coesão e a identidade de um grupo social, para a preservação da tradição e das heranças culturais. Memória e identidade, assim, são conceitos que se articulam para a compreensão da história de uma sociedade (HALBWACHS, 1990).

Por volta do fim do século XX, a partir desta compreensão, as histórias e memórias sociais tornaram-se objetos centrais em inúmeros estudos analíticos. Com o desenvolvimento das universidades e do método científico começou a se configurar o seu compromisso com a sociedade compreendida como responsabilidade social. O tema da memória institucional, assim, nos é apresentado a partir da urgência em se preservar, catalogar e perpetuar as ações desenvolvimentistas das universidades em seu sentido mais amplo.

A história das instituições deve ser preservada através de ferramentas que atuem na gestão da informação, organização e na produção de conhecimento de forma que se estimule estratégias de difusão de sua proposta e objetivos sociais. A manutenção da memória das instituições cria uma identidade

e pertencimento dos discentes, docentes, servidores e comunidade externa perante a universidade e a importância deste vínculo identitário é a força motriz da cultura universitária.

O vínculo identitário, proporcionado pelo estudo e criação de uma memória institucional, objetivamente do conceito de memória institucional pode trazer estabilidade aos sujeitos que se encontram abalados diante da efemeridade dos valores e relações sociais. Para tanto, “as organizações precisam investir em ações que ressaltem os elementos não transitórios de sua identidade para construir relacionamentos de valor com seus *interessados*” (BARBOSA, 2013).

Segundo Hora (1996, p. 194) *apud* Vidal (2020, p. 88), o grande desafio se encontra na negligência patrimonial que dispersou sua atenção ao *modus operandi* das instituições modernas: tão focadas em produzir, pouparam-se de preservar, pois é trabalhoso dedicar-se e colocar a memória à frente dos números e resultados, imbuídas de desenvolverem criticamente pesquisas sobre os problemas da educação e encontraram-se reduzidos os fomentos para a pesquisa e para a obtenção de equipamentos especialmente para o setor da pós-graduação.

A preservação da memória começou a ser uma preocupação de gestão para as universidades quando observou padrões de repetição que não auxiliam no progresso reconhecendo-se o contexto da era da informação, onde não há justificativas para não se armazenar, arquivar documentos históricos de vários tipos que fazem parte da história patrimonial de uma instituição. Um local de acesso às informações institucionais é de extrema necessidade, um acervo histórico físico e digital são substanciais para a identidade e reconhecimento do trabalho de uma instituição. Os registros orais, testemunhos de lembranças, recolhimento e preservação de objetos, fotos, produções materiais e imateriais, sua preservação também são mecanismos de perpetuação da memória, e para isso, é necessário um aparato teórico em que possa se basear, o qual encaramos ser a memória institucional.

O entendimento sobre o conceito em si é o principal problema. Caracterizado pelo hábito de esquecer, é apontado por McGaugh (1971) que o aspecto mais notável da memória possa ser o esquecimento, por isso, a sua preservação não é espontânea. A preocupação com a memória patrimonial e a história de uma instituição se refere a um trabalho contínuo, é preciso método e a partir daí se constrói uma relação de pertencimento, sendo este o maior produto para a preservação, pois gera mais estímulo e participação popular.

Identificamos a necessidade que as universidades, sobretudo a Unitins, tem de levantar um suporte teórico que dê subsídio para o entendimento do conceito de memória institucional e sua importância, assim como para a construção de uma identidade social vinculada relacionada a comunidade interna e externa como agentes diretos e indiretos no retorno social da universidade e para todos os outros que futuramente se envolverão.

Ao intencionar apresentar uma base teórico-conceitual sobre memória institucional adequada à realidade da Unitins, também se fala na capacidade da Universidade de inovar, de articular a produção científica realizada em escala global e nacional à sua realidade local, à diversidade e particularidade do seu povo e região. Nesse sentido, é possível afirmar, ancorado na perspectiva de Dagnino, Brandão e Novaes (2004), que a memória institucional na Unitins intenciona produzir uma tecnologia social, ou melhor, uma “*inovação sociotécnica*” que articula incorporação do conhecimento científico-tecnológico ao desenvolvimento institucional da universidade, aprimorando a qualidade da sua prestação de serviço e fortalecendo a sua função social.

Pollak (1992), nesse contexto, defende que há uma relação íntima entre memória e a identidade de um grupo, pois o reconhecimento do passado fortalece o sentimento de união e coesão social. Considerando que a memória de um povo é construída socialmente, ao olhar registros escritos e/ou orais, torna-se possível apreender representações, símbolos, significados que importam ou não para a identidade de um grupo. Ao olhar o passado da Unitins, assim, será possível perceber o que é valorado ou não pela comunidade acadêmica, as transformações a partir do tempo e das mudanças sociais, permitindo, inclusive, pensar em qual identidade ou cultura organizacional que se quer construir para o futuro. Pensar no fortalecimento institucional da Unitins, nesses aspectos, passa necessariamente por identificar um conceito adequado de memória que contemple o espaço acadêmico, as dinâmicas sociais e culturais lo-

cais, as diferenças regionais do Tocantins, bem como os diferentes câmpus, dentre outros elementos a serem identificados no estudo.

Em vista disso, reforça-se o argumento de que é salutar a assimilação de um aparato teórico sobre memória institucional adequado que contribua para o não-esquecimento da universidade e, consequentemente, enfraquecimento de sua identidade enquanto instituição com relevância função social e, ainda, o esfacelamento dos vínculos de confiança e reconhecimento entre a sociedade e a universidade, entre a sociedade tocantinense e o Estado: esquecer a universidade é esquecer a história do estado do Tocantins, e a não-preservação da memória institucional é, também, à não-preservação da memória do nosso estado.

Cabe destacar que o conceito deve ser delimitado de acordo com o contexto regional e cultural do ambiente universitário e que a construção de uma identidade está no fortalecimento de iniciativas que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão. O programa Cultura e Memória da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários dedicou-se à criação do projeto Memória Institucional da Unitins formada por uma equipe com experiência e vivências na Unitins, iniciando o compromisso com a inovação sociotécnica e diálogo com o passado.

Acreditamos na perspectiva de Dagnino, Brandão e Novaes (2004), que visualiza o conceito de memória institucional como fonte de produção de tecnologia social, ou melhor, uma “inovação sociotécnica” que articula incorporação do conhecimento científico-tecnológico ao desenvolvimento institucional da universidade, aprimorando a qualidade da sua prestação de serviço e fortalecendo a sua função social. Ainda como expressão da validade social e trazendo o escopo para a própria instituição, Pollak (1992) defende que há uma relação íntima entre memória e a identidade de um grupo, pois o reconhecimento do passado fortalece o sentimento de união e coesão social.

Considerando que a memória de um povo é construída socialmente, ao olhar registros escritos e/ou orais, torna-se possível apreender representações, símbolos, significados que importam ou não para a identidade de um grupo. Ao olhar o passado da Unitins com a perspectiva da memória institucional, será possível perceber o que é valorizado ou não pela comunidade acadêmica, as transformações a partir do tempo e das mudanças sociais, permitindo, inclusive, pensar em qual identidade ou cultura organizacional que se quer construir para o futuro. Pensar no fortalecimento institucional da Unitins, nesses aspectos, é reflexo da identificação de um conceito adequado de memória que contemple o espaço acadêmico, as dinâmicas sociais e culturais locais, as diferenças regionais do Tocantins, bem como os diferentes câmpus, dentre outros elementos a que devem ser levados em conta.

Assim, a efetivação da memória institucional pode ser reconhecida através de uma relação de pertencimento. O senso de pertencimento (*belongingness*), compreendido por Baumeister e Leary (1995), se refere à necessidade básica dos seres humanos de se relacionarem de forma plena uns com os outros e com o meio e a dificuldade de pertencer ao meio é identificado como prejudicial, capaz de produzir ansiedade e isolamento social. É natural a convivência em nichos de e para sobrevivência e quanto mais profunda e positiva a relação, mais motivados e saudáveis tornam-se os indivíduos envolvidos.

O aprofundamento da memória institucional resulta no levantamento de evidências e valida os instrumentos de avaliação da instituição e como ela se relaciona com a vida social da comunidade. A efetividade da memória institucional pode ser desenvolvida por meio do senso de pertencimento, com destaque ao engajamento estudantil. Apesar da universidade também estar relacionada aos seus trabalhadores (funcionários e professores) e comunidade externa, são os estudantes que manifestam níveis de experiências com a instituição, com sua participação reduzida ao período em que estiver com a matrícula ativa. Após 30 anos de sua criação, a Unitins passou a se preocupar com a preservação de sua história e o reconhecimento do seu papel no desenvolvimento regional, e para isso, voltou seus esforços para comunidade externa e aos egressos, com a potencialização de projetos de extensão com envolvimento da comunidade externa e com o projeto de Memória Institucional da Unitins que faz um resgate da memória da Unitins com a participação e envolvimento de egressos e ex-professores para preservação e perpetuação da cultura institucional.

Conclusão ou considerações finais

A memória está em constante e complexo conflito com o esquecimento. É uma tarefa árdua preservar quando se é mais fácil acompanhar a kantiana percepção de seguir a natureza das coisas, com eminente ruína, seja de estruturas, seja de conhecimento. Segundo Ricoeur (2007), o esquecimento é compulsório e de profundo retorno aos padrões de repetição. Para uma universidade, composta de estruturas e conhecimento, experiências científicas e sociais, enfrentam o peso do tempo entre o esquecimento, persistência e recordação e a concepção de uma memória institucional podem construir o ambiente universitário com ferramentas para persistir em suas ideias e preservar suas recordações.

Constatou-se que a relação de pertencimento entre universidade e sociedade pode ser construída por meio de uma gestão participativa que seja elo entre os objetos. Compreende-se que a memória institucional deve refletir os processos vivenciados de maneira transparente, incluindo os erros e acertos da universidade no que tange à sua gestão e produção de conhecimento. Baseado em nossas reflexões analíticas sobre memória institucional em relação à Universidade Estadual do Tocantins, observamos a memória como um elemento crucial. Considera-se, a partir dos estudos, que com o desenvolvimento de estudos e ações sobre memória institucional, a Unitins pode reconstruir e representar, firmamos em suas experiências preservadas ao longo do tempo e espaço, a fim de transcender a sua história e do próprio estado do Tocantins. Assim, ao discutir políticas e ações de preservação da memória institucional, é fundamental considerar todos os espaços em que a universidade já atuou, pensando em uma dinâmica que envolva o espaço, a Unitins, a comunidade acadêmica e a comunidade externa.

É fundamental considerar que o tratamento dos documentos e materiais requer estudo prévio, reforçando a importância dos mais diversos documentos, das transformações da estrutura administrativa, física, de suas funções, valores e atividades. Mais do que o tratamento destes materiais e documentos, é essencial a consolidação de uma política de memória que esteja institucionalizada.

A fim de formar um arquivo histórico robusto e representativo da Unitins, é essencial desenvolver rotinas de trabalho, bem como uma tradição documental, no sentido do reconhecimento dos gestores a respeito da importância do estabelecimento de uma rotina arquivística. Por conseguinte, é fundamental que tanto a universidade quanto a comunidade acadêmica e externa reconheçam o valor do trabalho e da instituição em todas as etapas de levantamento arquivístico e valorização e cuidado deste patrimônio.

Referência

AZZI, Izabel Cristina de Souza. **Realidade:** uma razão que não se explica, mas se crê. Ágora, Rio de Janeiro. v. X n. 2 jul./dez. 2007.

BAUMEISTER, Roy F.; LEARY, Mark R. The need to belong: desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. **Psychological bulletin**, Washington, 1995.

BARBOSA, Andréia Arruda. Memória Institucional: possibilidade de construção de significados no ambiente organizacional. Trabalho apresentado no GT de Historiografia da Mídia, integrante do **9º Encontro Nacional de História da Mídia**, 2013.

CUNHA, Jacqueline de Araújo; LIMA, Marcos Galindo. **Preservação digital:** o estado da arte. 2012.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-con-

ceitual da tecnologia social. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

HORA, Dinair Leal da. **A modernização falaciosa: contornos políticos da educação no Brasil (1989-1994).** 1996. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

MACEDO, Fernando Cezar; MONTEIRO NETO, Aristides; VIEIRA, Danilo Jorge (Org.). **Universidade e território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI.** Brasília: IPEA, 2022.

NEE, Victor. Norms and networks in economic and organizational performance. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard (Ed.). **The handbook of economic sociology.** Princeton: Princeton University Press, 2005.

PADILHA, Renata C. **Documentação museológica e gestão de acervo.** Florianópolis: FCC, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

RICOEUR, Paul. Memória, história, esquecimento. **Conferência sob o título “Memory, history, oblivion”** no âmbito de uma conferência internacional intitulada “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”. Budapeste, 8 de março de 2003.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SOUZA, Marcela Tavares; SILVA, Michelly Dias; CARVALHO, Rachel. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, pt. 1, p. 102-6, 2010.

VALLADARES, Paulo Sergio Duarte de Almeida; VASCONCELLOS, Marcos Augusto de; SERIO, Luiz Carlos Di. Capacidade de inovação: revisão sistemática da literatura. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 5, p. 598-626, 2014.

SILVA, Michel Goulart da. **Universidade, Capitalismo e Produção do Conhecimento.** Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 5, n. 15, 2021.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwichs: memória coletiva e experiência. **Psicologia Usp**, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva.** São Paulo: Edições Vértice, 1990 disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0875>>. Epub 01 Ago 2014. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0875>.

SNYDER, Robert E. et al. O desenvolvimento de uma pesquisa-intervenção com uma comunidade urbana.

Fractal : Revista de Psicologia [online]. 2016, v. 28, n. 3 [Acessado 26 Novembro 2021] , pp. 296-306. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-0292/1931pt>>. Epub Sep-Dec 2016. ISSN 1984-0292. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1931pt>.

SOUZA, Larissa Barros de et al. **Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social:** bem-estar, saúde mental e participação em educação. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional [online]. 2019, v. 27, n. 2 [Acessado 12 Fevereiro 2022] , pp. 251-269. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1812>. Epub 09 Maio 2019. ISSN 2526-8910. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1812>.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **A Familiar Face:** Violence in the lives of children and adolescents, UNICEF, Nova Iorque, 2017.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais**, 2007. Disponível em: <http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf2007>

Recebido em 27 de julho de 2022.

Aceito em 10 de agosto de 2022.